Suíça: persecução penal e prevenção à lavagem de dinheiro

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Ministério Público da Confederação (OAG; Bundesanwaltschaft)

O ministério público federal, competente para lavagem de dinheiro com dimensão internacional, crime organizado, crimes contra a administração federal e casos delegados pelos cantões. O Ministério Público da Confederação conduziu os maiores casos de fraude e lavagem envolvendo criptoativos e trata dos pedidos de auxílio judiciário mútuo recebidos em matérias federais.[1] Abordagem: as notícias-crime são apresentadas por escrito, com os fatos e as provas. O advogado da vítima pode requerer a condição de parte como demandante privado. O Ministério Público da Confederação não comenta investigações em curso.

Ministérios públicos cantonais de Zug e de Zurique

Os órgãos ordinários de acusação para fraude, apropriação indébita, crimes informáticos e lavagem de dinheiro doméstica. O ministério público de Zug tem uma unidade especializada em crimes econômicos com experiência em criptoativos, e o de Zurique tem a maior unidade de crimes econômicos do país.[2] Abordagem:

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

notícias-crime com hashes de transação, endereços e um relatório de rastreamento andam mais rápido do que as que não os trazem. Ambos os órgãos cooperam com corretoras e com empresas de análise de blockchain e, quando a prova é clara, ordenam em poucos dias o bloqueio de ativos em custodiantes suíços.

Escritório de Comunicação em Matéria de Lavagem de Dinheiro (MROS)

A unidade de inteligência financeira dentro do fedpol, destinatária das comunicações de operações suspeitas nos termos do art. 9 da Lei suíça de combate à lavagem de dinheiro (GwG/AMLA) e órgão que decide se encaminha uma comunicação ao ministério público. O MROS publica estatísticas anuais e relatórios de tipologias que incluem casos com ativos digitais.[3] Abordagem: as comunicações são feitas pelo portal goAML, exclusivamente por intermediários financeiros. O MROS não se comunica com a pessoa objeto da comunicação e não responde a perguntas do público.

Departamento Federal de Polícia (fedpol)

A autoridade policial federal, que abriga o MROS e as unidades de coordenação contra o cibercrime e de cooperação policial internacional. A relevância do fedpol para os profissionais decorre do MROS e de seu papel na execução de pedidos de auxílio mútuo.

Notas

1. Código de Processo Penal suíço, de 5 de outubro de 2007 (StPO/CrimPC, SR 312.0), arts. 23 e 24; Lei federal suíça sobre auxílio internacional em matéria penal, de 20 de março de 1981 (IRSG/IMAC, SR 351.1); ver Parte H, Capítulos II e VI. ↩
2. A prática dos ministérios públicos cantonais em matéria de criptoativos é descrita na Parte H, Capítulo II. ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

3. AMLA, art. 23; o papel do MROS e o procedimento de comunicação são descritos na Parte F, Capítulo V. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.